

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, DE 2003
(Do Sr. **Rogério Silva**)

Solicita do Ministério de Minas e Energia informações sobre os critérios, motivos e indicadores econômicos utilizados na definição dos índices para a revisão tarifária das empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado à Sra. Ministra de Estado de Minas e Energia pedido de informações sobre os critérios, motivos e indicadores econômicos utilizados na definição dos índices para a revisão tarifária ora em curso para várias concessionárias distribuidoras de energia elétrica.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o início da maciça privatização do setor elétrico brasileiro, promovido pelo governo do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que se pôde sentir, em vez da prometida melhoria e universalização dos serviços públicos de energia elétrica, foi o seu absurdo encarecimento, a manutenção, ou mesmo a piora de sua já precária qualidade e um absoluto desrespeito, de parte dos novos concessionários privados, com os consumidores que, em sua maioria insatisfeitos com o serviço fornecido, têm de fazer suas reclamações não mais aos funcionários das empresas, mas a impessoais secretárias eletrônicas dos serviços 0800 de atendimento ao consumidor.

Além disso, permanecem os usuários dos serviços de energia no mais absoluto desconhecimento das causas que levaram as tarifas de

energia elétrica a serem majoradas em índices mais de cem por cento superiores à inflação do período relativo à privatização das concessionárias do setor.

Por isso, vimos solicitar o envio, com a possível brevidade, das informações anteriormente mencionadas, com o intuito de melhor conhecermos o que realmente se passou com relação à formação dos preços do setor elétrico, a fim de exercermos com mais propriedade a representação dos interesses de nossos eleitores e, caso necessário, agirmos para coibir eventuais abusos que venham sendo praticados contra o já tão sofrido consumidor brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado ROGÉRIO SILVA